

ENTRE A PROTEÇÃO E O ESPETÁCULO: EROTIZAÇÃO, PEDOFILIZAÇÃO E EXPOSIÇÃO DOS CORPOS INFANTIS NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Eduarda Rabelo Crema¹,

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina,
eduardarabelomachado@hotmail

Resumo: O presente estudo busca analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os processos de erotização dos corpos infantis na contemporaneidade, tomando como referência principalmente as contribuições de Jane Felipe (2011). Os resultados evidenciam que a erotização infantil está relacionada a práticas culturais, midiáticas e mercadológicas que produzem formas de olhar para as crianças. Conclui-se que a proteção da infância demanda a construção de olhares críticos capazes de problematizar discursos e práticas que naturalizam a exposição e a sexualização dos corpos infantis.

Palavras-chave: infância; erotização infantil; pedofilização; mídia digital; gênero.

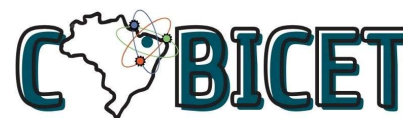
INTRODUÇÃO

Historicamente, a infância foi associada à inocência, à pureza e à necessidade de proteção. Contudo, as formas de compreender as crianças e suas experiências não são universais nem permanentes, mas construídas social e historicamente (FOCHI, 2017). Ao longo dos séculos, diferentes discursos produziram distintas concepções sobre o que significa ser criança, quais comportamentos são considerados adequados e quais lugares sociais lhes são atribuídos. Nas últimas décadas, observa-se um fenômeno que tem mobilizado pesquisadores(as) dos campos da Educação, dos Estudos da Infância e dos Estudos de Gênero: a crescente erotização dos corpos infantis. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de imagens, pela expansão das redes sociais e pela intensificação da cultura do consumo, crianças têm sido frequentemente representadas a partir de referenciais estéticos e comportamentais associados ao universo adulto. Nessa linha de raciocínio, Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo (2003, p. 124) afirmam que, O corpo infantil vem sendo alvo de constantes e acelerados investimentos. Com o surgimento dos veículos de comunicação de massa, em especial a Tv, as crianças passaram a ser

vistas como pequenos consumidores e a cada dia são alvos constantes de propagandas. Ao mesmo tempo em que elas têm sido vistas como veículo de consumo, é cada vez mais presente a idéia da infância como objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de "pedofilização" generalizada da sociedade.

A preocupação com esse fenômeno não decorre da negação da sexualidade como dimensão constitutiva da experiência humana. Pelo contrário, fundamenta-se na necessidade de compreender como determinados discursos e práticas sociais produzem olhares adultocêntricos sobre as crianças, transformando seus corpos em objetos de observação, consumo e desejo.

Nesse contexto, os estudos de Jane Felipe (2003, 2017) ganham destaque ao problematizar a noção de erotização dos corpos infantis. A autora desloca a discussão para além da figura do agressor individual, evidenciando os processos culturais que contribuem para a produção de olhares erotizados sobre a infância. Ao mesmo tempo, a expansão das tecnologias digitais inaugura novos desafios. A popularização das redes sociais, o crescimento do mercado de influenciadores mirins e a exposição



cotidiana da vida infantil na internet ampliam as possibilidades de circulação das imagens das crianças, tornando urgente a reflexão sobre seus direitos, sua privacidade e sua proteção. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os processos de erotização, pedofilização e exposição dos corpos infantis na contemporaneidade, a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada nos Estudos da Infância, nos Estudos de Gênero e nas contribuições de Jane Felipe.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, permitindo ao pesquisador aprofundar-se em determinado fenômeno por meio da análise crítica da produção científica existente. Foram selecionados livros, artigos científicos, capítulos de livros, dissertações e teses que discutem infância, gênero, sexualidade, mídia, cultura digital e erotização infantil. O referencial teórico fundamenta-se principalmente nas contribuições de Jane Felipe (2003, 2006, 2013), Philippe Ariès (1981), Manuel Jacinto Sarmiento (2004), William Corsaro (2011), Guacira Lopes Louro (2013, 2018) e bell hooks (2018). A análise dos materiais buscou compreender os processos históricos e socioculturais envolvidos na produção das representações sobre a infância, bem como as relações entre erotização infantil, consumo, mídia e exposição digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A infância como construção social

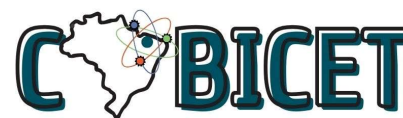
Durante muito tempo, a infância foi compreendida como uma fase natural do desenvolvimento humano, marcada por características universais e imutáveis. Entretanto, estudos históricos demonstram que a

própria ideia de infância é uma construção social produzida em contextos específicos. Nessa perspectiva, aquilo que hoje entendemos como infância não existiu da mesma forma em todos os tempos e sociedades, mas foi sendo constituído por discursos, práticas e instituições que passaram a atribuir significados particulares às crianças e aos seus modos de existir no mundo.

Ao investigar as transformações das sociedades europeias, Ariès (1981) argumenta que o sentimento moderno de infância emerge a partir de mudanças sociais, culturais e familiares que passam a reconhecer as crianças como sujeitos distintos dos adultos. Segundo o autor:

Na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia, o que não significa que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não corresponde ao afeto pelas crianças, mas à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 1981, p. 156).

A análise de Ariès possibilita problematizar a ideia de que a infância seria uma condição natural e universal. Ao contrário, evidencia que as formas de compreender as crianças são historicamente produzidas e atravessadas por valores culturais, interesses políticos e expectativas sociais. A infância, portanto, não pode ser entendida apenas como uma etapa biológica do desenvolvimento humano, mas como uma categoria social construída por diferentes discursos que estabelecem modos específicos de ser criança. Essa compreensão foi posteriormente ampliada pelos chamados Estudos Sociais da Infância, que passaram a reconhecer as crianças como sujeitos participantes da vida social. Nessa direção, Sarmiento (2004) afirma que as crianças não são apenas destinatárias da cultura produzida pelos



adultos, mas agentes que interpretam, recriam e produzem culturas próprias. Tal perspectiva desloca a infância de uma posição passiva para reconhecê-la como espaço de produção de sentidos, experiências e conhecimentos.

Conforme argumenta Sarmiento (2004), as infâncias precisam ser compreendidas em sua pluralidade. Não existe uma única infância, mas múltiplas infâncias atravessadas por marcadores sociais como gênero, classe, raça, etnia, território e geração. As experiências infantis são diversas e, por isso, qualquer tentativa de definir um modelo universal de criança corre o risco de invisibilizar sujeitos e reproduzir desigualdades.

Essa discussão também encontra respaldo em autores que problematizam os processos de normalização presentes nas instituições modernas. Para Michel Foucault, os corpos tornam-se alvos de diferentes mecanismos de vigilância, regulação e disciplinamento. Embora o autor não tenha se dedicado especificamente aos estudos da infância, suas análises ajudam a compreender como as crianças passam a ser observadas, classificadas e educadas a partir de normas que definem comportamentos considerados adequados ou inadequados. Nessa direção, compreender a infância como construção social é fundamental para analisar os discursos que produzem determinadas formas de olhar para os corpos infantis. Afinal, as representações sobre as crianças não surgem espontaneamente, mas são construídas em meio a relações de poder que definem o que pode ser visto, valorizado, protegido ou controlado. Os modos como a sociedade interpreta os corpos infantis estão diretamente relacionados às concepções históricas de infância que circulam em cada período.

Ao mesmo tempo em que a infância é frequentemente associada à inocência, à pureza e à

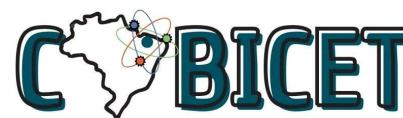
proteção, ela também se torna um território de disputas políticas e morais. As crianças passam a ocupar uma posição paradoxal: são vistas como sujeitos que devem ser protegidos, mas também como corpos constantemente regulados por expectativas adultocêntricas. É justamente nesse cenário que emergem os debates sobre gênero, sexualidade e erotização dos corpos infantis, temas que revelam como a infância continua sendo produzida por discursos que tentam controlar, definir e limitar determinadas formas de existência.

Assim, compreender a infância como uma construção histórica e social não significa negar as especificidades das experiências infantis, mas reconhecer que os significados atribuídos às crianças são produzidos culturalmente. Esse entendimento torna-se fundamental para questionar discursos naturalizados e abrir espaço para perspectivas que reconheçam as crianças como sujeitos de direitos, de cultura e de participação social.

A erotização dos corpos infantis na cultura do consumo

A contemporaneidade é marcada pela centralidade da imagem e pela valorização da aparência como forma de reconhecimento social. Em uma sociedade atravessada por telas, redes sociais, publicidade e pela constante exposição da vida cotidiana, a visibilidade passa a ocupar um lugar privilegiado na construção das identidades. Nesse cenário, a infância torna-se alvo de diferentes estratégias de mercado que buscam transformar crianças em consumidoras e, simultaneamente, em produtos de consumo.

A erotização infantil manifesta-se por meio de múltiplas práticas culturais. Ela pode ser observada em concursos de beleza, campanhas publicitárias, programas de entretenimento, produtos de moda infantil e conteúdos digitais que aproximam crianças de padrões corporais e comportamentais



tradicionalmente associados ao universo adulto. Mais do que eventos isolados, essas práticas revelam a presença de uma lógica cultural que atravessa o cotidiano e produz modos específicos de compreender e representar os corpos infantis. Ao discutir essa temática, Jane Felipe (2006) alerta que a erotização não deve ser confundida com sexualidade. Enquanto a sexualidade constitui uma dimensão inerente à experiência humana, a erotização infantil refere-se à atribuição de significados e valores adultos aos corpos das crianças, frequentemente transformando-os em objetos de observação, avaliação e desejo. Segundo a autora:

A erotização dos corpos infantis pode ser entendida como um processo cultural que atribui às crianças características, gestos, modos de vestir e comportamentos que tradicionalmente pertencem ao universo adulto. Trata-se de um fenômeno que se articula às práticas de consumo, à mídia e aos discursos sociais que produzem determinadas representações sobre a infância (FELIPE, 2006, p. 207).

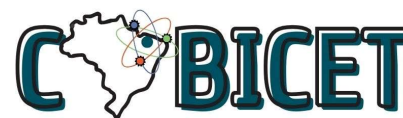
Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando observamos que os mecanismos de erotização não atuam apenas sobre os corpos das meninas. Embora elas sejam historicamente mais atingidas por padrões de beleza e feminilidade, meninos também passam a ser convocados a corresponder a modelos específicos de masculinidade, desempenho e aparência. Em ambos os casos, os corpos infantis tornam-se espaços de investimento simbólico e comercial. Não se trata apenas de roupas, maquiagens, acessórios ou brinquedos. Trata-se de um conjunto de discursos que ensinam formas específicas de ser menino ou menina, produzindo expectativas sobre aparência, comportamento e valor social. Desde muito cedo, as crianças aprendem que determinados corpos são mais admirados, mais valorizados e mais visíveis do que

outros. Dessa forma, os corpos infantis passam a ser constantemente observados, exibidos, avaliados e comparados.

Guacira Lopes Louro (2018) contribui para essa reflexão ao afirmar que os corpos não são entidades puramente biológicas, mas produções culturais atravessadas por relações de poder. Os significados atribuídos aos corpos são construídos socialmente e ensinam formas legítimas e ilegítimas de existir. Nessa perspectiva, a erotização infantil não pode ser compreendida como um fenômeno individual, mas como resultado de processos sociais que produzem determinadas normas de gênero, beleza e comportamento. A lógica que sustenta esse processo encontra forte apoio na cultura do consumo. Conforme observa Lipovetsky (2007), as sociedades contemporâneas transformaram o consumo em um dos principais organizadores da vida social. Os sujeitos são constantemente incentivados a consumir não apenas objetos, mas estilos de vida, imagens e identidades. As crianças, cada vez mais inseridas nesse contexto, tornam-se participantes de um mercado que explora sua imagem ao mesmo tempo em que produz novas demandas de consumo.

Nesse sentido, a infância passa a ocupar uma posição paradoxal. Ao mesmo tempo em que os discursos sociais insistem em associá-la à inocência, à pureza e à necessidade de proteção, os mercados culturais e midiáticos investem na produção de imagens que aproximam crianças de referências estéticas e comportamentais adultas. Esse movimento revela uma tensão permanente entre a proteção da infância e sua exploração comercial.

Mais do que denunciar práticas específicas, discutir a erotização dos corpos infantis implica questionar as condições sociais, culturais e econômicas que tornam esse fenômeno possível. Significa problematizar os discursos que transformam a aparência em valor, a



visibilidade em reconhecimento e os corpos em mercadorias. Trata-se, sobretudo, de defender uma compreensão de infância que reconheça as crianças como sujeitos de direitos, cujas experiências não devem ser subordinadas aos interesses do mercado nem às expectativas adultocêntricas que insistem em definir quem elas devem ser.

A pedofilização dos corpos infantis: contribuições de Jane Felipe

Entre as principais contribuições para o debate sobre erotização infantil destacam-se os estudos de Jane Felipe. Ao analisar as relações entre infância, mídia, consumo e sexualidade, a autora propõe o conceito de pedofilização para compreender os processos culturais que tornam os corpos infantis passíveis de serem observados, interpretados e valorizados a partir de uma lógica erotizada.

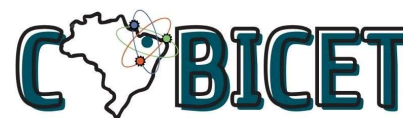
A noção de pedofilização desloca a discussão de uma perspectiva centrada exclusivamente nos indivíduos para uma análise das práticas sociais e culturais que produzem determinados modos de olhar para as crianças. Nesse sentido, o conceito permite compreender que a erotização dos corpos infantis não surge de forma espontânea, mas é construída por discursos, imagens e representações que circulam cotidianamente na sociedade. É importante destacar que a pedofilização não corresponde à pedofilia. Enquanto a pedofilia refere-se à atração sexual de adultos por crianças, a pedofilização diz respeito aos mecanismos culturais que produzem condições favoráveis à objetificação e à sexualização dos corpos infantis. Trata-se, portanto, de um fenômeno social mais amplo, que envolve práticas, discursos e representações que atribuem às crianças características associadas ao universo adulto.

Ao discutir essa questão, Felipe (2006) afirma:

A pedofilização da sociedade refere-se aos processos através dos quais os corpos infantis passam a ser investidos por determinados olhares, discursos e práticas que os transformam em objetos de interesse, contemplação e consumo. Trata-se de um fenômeno que não pode ser compreendido apenas a partir dos indivíduos, mas das condições culturais que tornam possível a construção desses olhares sobre a infância (FELIPE, 2006, p. XX).

A partir dessa perspectiva, a autora chama atenção para o fato de que diversas práticas culturais contribuem para a construção desse fenômeno. Programas televisivos, campanhas publicitárias, concursos de beleza infantil, produções musicais, redes sociais e conteúdos digitais frequentemente colocam crianças em posições que remetem a comportamentos, gestos, posturas e estéticas tradicionalmente associadas ao universo adulto. Embora essas práticas sejam frequentemente apresentadas como formas de diversão ou entretenimento, elas participam da produção de significados sobre os corpos infantis e sobre os modos considerados desejáveis de ser criança. Nesse contexto, a indústria cultural desempenha um papel significativo. As crianças tornam-se não apenas consumidoras de produtos, mas também elementos centrais das estratégias de mercado. Seus corpos, imagens e comportamentos passam a ser utilizados para promover estilos de vida, padrões de beleza e modelos de feminilidade e masculinidade que frequentemente antecipam experiências e expectativas típicas da vida adulta.

Jane Felipe (2006) destaca que um dos aspectos mais preocupantes desse processo é justamente sua naturalização. Muitas vezes, práticas que contribuem para a erotização infantil são percebidas como expressões de talento, espontaneidade ou desenvolvimento pessoal, o que dificulta a



problematização dos significados que carregam. Conforme argumenta a autora: “O grande desafio consiste em perceber que determinadas práticas culturais acabam produzindo uma familiarização com a erotização dos corpos infantis, tornando-a algo aparentemente natural, aceitável ou até mesmo desejável. Quando isso ocorre, os mecanismos que sustentam tais representações tornam-se menos visíveis e, conseqüentemente, mais difíceis de serem questionados” (FELIPE, 2006, p. XX).

Essa reflexão torna-se particularmente relevante em uma sociedade marcada pela exposição constante das imagens. As redes sociais, os meios de comunicação e os mercados de consumo ampliam a circulação de representações sobre a infância, produzindo novas formas de visibilidade para os corpos infantis. Nesse cenário, torna-se necessário questionar quais infâncias estão sendo valorizadas, quais corpos recebem reconhecimento e quais expectativas são projetadas sobre meninas e meninos desde muito cedo.

A noção de pedofiliação também permite compreender que a proteção das crianças não depende apenas da responsabilização individual dos agressores. Embora o enfrentamento das violências sexuais seja fundamental, a discussão proposta por Jane Felipe aponta para a necessidade de analisar as estruturas culturais que produzem determinados olhares sobre a infância. Isso significa reconhecer que a defesa dos direitos das crianças envolve, igualmente, a problematização de discursos, práticas e representações que transformam seus corpos em objetos de observação, avaliação e consumo. Mais do que denunciar comportamentos individuais, o conceito de pedofiliação convida a refletir sobre as formas pelas quais a sociedade produz a infância e atribui significados aos corpos infantis. Trata-se de um chamado para que educadores, famílias,

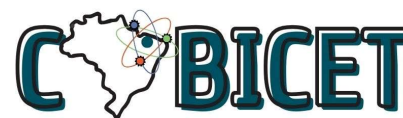
pesquisadores e instituições desenvolvam um olhar crítico diante de processos que, muitas vezes, são apresentados como naturais, mas que carregam profundas implicações éticas, sociais e políticas para a vida das crianças.

As mídias digitais, os influenciadores mirins e a exposição dos corpos infantis

A expansão das tecnologias digitais transformou profundamente as experiências infantis. Redes sociais, plataformas de vídeos e aplicativos de compartilhamento de conteúdo passaram a ocupar lugar central na vida cotidiana de muitas crianças, produzindo novas formas de interação, comunicação e construção de identidades. Se, por um lado, esses espaços possibilitam experiências de participação, criatividade e expressão, por outro, também inauguram desafios relacionados à exposição da imagem, à privacidade e à crescente inserção das crianças nas dinâmicas do mercado digital.

Nesse contexto, surgem os chamados influenciadores mirins, crianças que produzem conteúdos para plataformas digitais e alcançam ampla visibilidade pública. Seus perfis acumulam milhares de seguidores, transformando experiências cotidianas em conteúdos consumidos por diferentes públicos. Embora tais práticas sejam frequentemente associadas ao protagonismo infantil e ao desenvolvimento de habilidades comunicativas, elas também levantam questionamentos acerca dos limites entre participação, trabalho, consumo e exploração da imagem.

A cultura digital contemporânea opera por meio de uma lógica de visibilidade permanente. Nas redes sociais, curtidas, comentários, compartilhamentos e visualizações funcionam como indicadores de reconhecimento e valor social. Nesse cenário, a exposição deixa de ser apenas uma possibilidade e passa a constituir um elemento central das relações



sociais. Conforme observa o sociólogo Zygmunt Bauman, a visibilidade torna-se um dos principais mecanismos de pertencimento nas sociedades contemporâneas, fazendo com que os sujeitos sejam constantemente incentivados a tornar suas vidas públicas. Quando essa lógica alcança a infância, surgem questões éticas importantes. As crianças tornam-se protagonistas de conteúdos que circulam amplamente, muitas vezes sem que possam compreender plenamente as implicações futuras dessa exposição. Fotografias, vídeos, opiniões, brincadeiras e momentos íntimos passam a integrar uma memória digital permanente, cuja circulação escapa ao controle daqueles que nela aparecem.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando observamos o fenômeno conhecido como *sharenting*, termo utilizado para designar a prática de mães, pais e responsáveis que compartilham de forma frequente imagens, vídeos e informações sobre a vida de seus filhos nas redes sociais. Embora, na maioria das vezes, tais publicações sejam motivadas por afeto, orgulho ou desejo de registrar momentos importantes da infância, elas também produzem uma identidade digital que antecede a própria capacidade da criança de decidir sobre sua exposição pública.

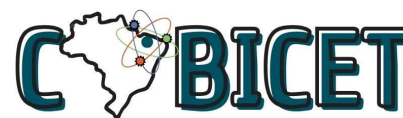
Nesse sentido, a questão central não reside na simples publicação de imagens, mas na dimensão e na permanência que esses registros assumem no ambiente digital. Como alertam pesquisadores da infância e da cultura digital, as crianças passam a construir sua presença online antes mesmo de compreenderem o significado dessa presença, o que suscita debates sobre privacidade, consentimento e direitos digitais.

Ao discutir a relação entre infância, mídia e exposição, Jane Felipe (2006) chama atenção para a necessidade de problematizar os modos pelos quais os corpos infantis são colocados em circulação na

cultura contemporânea. Segundo a autora: “A intensa exposição dos corpos infantis em diferentes meios de comunicação nos convida a refletir sobre as formas pelas quais as crianças vêm sendo transformadas em objetos de observação e consumo. Mais do que simples imagens, esses corpos carregam significados culturais produzidos por relações de poder que atravessam a infância na contemporaneidade” (FELIPE, 2006, p. XX).

A reflexão proposta pela autora torna-se especialmente relevante diante das transformações promovidas pelas plataformas digitais. Diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, as redes sociais permitem uma circulação praticamente instantânea das imagens, ampliando significativamente seu alcance e permanência. Os corpos infantis passam a ser visualizados, comentados, avaliados e compartilhados por públicos muitas vezes desconhecidos das próprias famílias.

Quando associada a interesses econômicos, essa exposição torna-se ainda mais complexa. Muitas crianças passam a integrar campanhas publicitárias, ações de marketing e estratégias de monetização desenvolvidas por marcas, empresas e plataformas digitais. Nesse contexto, a infância deixa de ser apenas um público consumidor e passa a ocupar também o lugar de produtora de conteúdo e promotora de produtos. A visibilidade transforma-se em recurso econômico, e a imagem infantil converte-se em ativo mercadológico. Essa realidade evidencia como as fronteiras entre brincadeira, participação, consumo e trabalho tornam-se cada vez mais difusas no ambiente digital. Embora muitas dessas atividades sejam apresentadas como experiências espontâneas e divertidas, elas frequentemente envolvem relações comerciais que demandam uma análise crítica sobre seus impactos para as crianças.



Mais do que condenar a presença infantil nas tecnologias digitais, trata-se de reconhecer as tensões que atravessam essas experiências. As crianças são sujeitos da cultura digital e participam ativamente da produção de conteúdos e significados. No entanto, também são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, o que exige atenção às formas de exposição, aos interesses econômicos envolvidos e aos riscos decorrentes da circulação permanente de suas imagens. Assim, refletir sobre influenciadores mirins, sharenting e monetização da infância significa discutir não apenas o uso das tecnologias digitais, mas as formas pelas quais a sociedade contemporânea produz novas maneiras de olhar, consumir e administrar os corpos infantis. Trata-se de um debate fundamental para a construção de práticas que respeitem os direitos das crianças e reconheçam sua dignidade em um contexto marcado pela lógica da visibilidade permanente.

A erotização das meninas e a pedagogia da feminilidade

Embora a erotização infantil afete diferentes crianças, seus impactos recaem de maneira particular sobre as meninas. Desde muito cedo, elas são inseridas em processos educativos que ensinam formas específicas de feminilidade, associando valor social à aparência, à beleza e à desejabilidade.

Louro (2018) argumenta que os corpos são permanentemente educados por discursos culturais que definem padrões considerados adequados para homens e mulheres. Nesse processo, meninas aprendem precocemente que seus corpos serão observados, avaliados e julgados.

Antes mesmo de compreenderem plenamente o significado dessas expectativas, muitas crianças já são incentivadas a preocupar-se com a aparência física, com a magreza, com a delicadeza e com padrões de beleza amplamente difundidos pela mídia.

As reflexões de bell hooks contribuem para compreender que tais processos não são neutros. Eles fazem parte de sistemas de dominação que atravessam as relações de gênero e influenciam a forma como meninas aprendem a perceber seus corpos e seus lugares no mundo.

Discutir a erotização das meninas implica reconhecer que a infância não é vivida de maneira homogênea. As experiências infantis são atravessadas por relações de gênero que produzem diferentes formas de controle, vigilância e expectativa sobre os corpos.

Educação, proteção e resistência

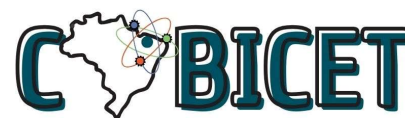
Diante dos desafios apresentados, a escola assume papel fundamental na construção de práticas educativas comprometidas com os direitos das crianças. Mais do que transmitir conhecimentos, a educação pode constituir espaço de resistência aos discursos que transformam a infância em mercadoria ou espetáculo.

Isso implica desenvolver uma educação crítica capaz de problematizar as mensagens produzidas pela mídia, discutir os direitos digitais das crianças e promover reflexões sobre gênero, consumo e cidadania.

A proteção da infância não deve ser compreendida como controle excessivo ou silenciamento das crianças, mas como garantia de condições para que possam viver suas experiências de forma segura, respeitosa e digna.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a erotização dos corpos infantis constitui um fenômeno complexo, produzido por múltiplas relações entre mídia, consumo, gênero e cultura digital. As contribuições de Jane Felipe permitem compreender que a pedofilização das infâncias não se restringe a ações individuais, mas envolve processos culturais que



produzem determinadas formas de olhar para as crianças.

As redes sociais e os novos espaços digitais ampliam ainda mais esses desafios, intensificando a exposição dos corpos infantis e inserindo as crianças em lógicas de visibilidade e mercado. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer práticas educativas comprometidas com a defesa dos direitos das crianças e com a construção de uma cultura que reconheça a infância em sua singularidade.

Mais do que proteger corpos, trata-se de proteger experiências, tempos, descobertas e modos de existir que constituem a riqueza das infâncias. Reconhecer as crianças como sujeitos de direitos significa também questionar práticas sociais que transformam seus corpos em objetos de consumo, espetáculo ou desejo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a CAPES pelo incentivo e fomento de bolsas para o fortalecimento e acessibilidade para e com os estudos. Agradeço também ao grupo de estudos GRUPEHME, pelas contribuições, diálogo e interações entre nós pesquisadoras.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 201-223, 2006.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade*. Braga: Universidade do Minho, 2004.